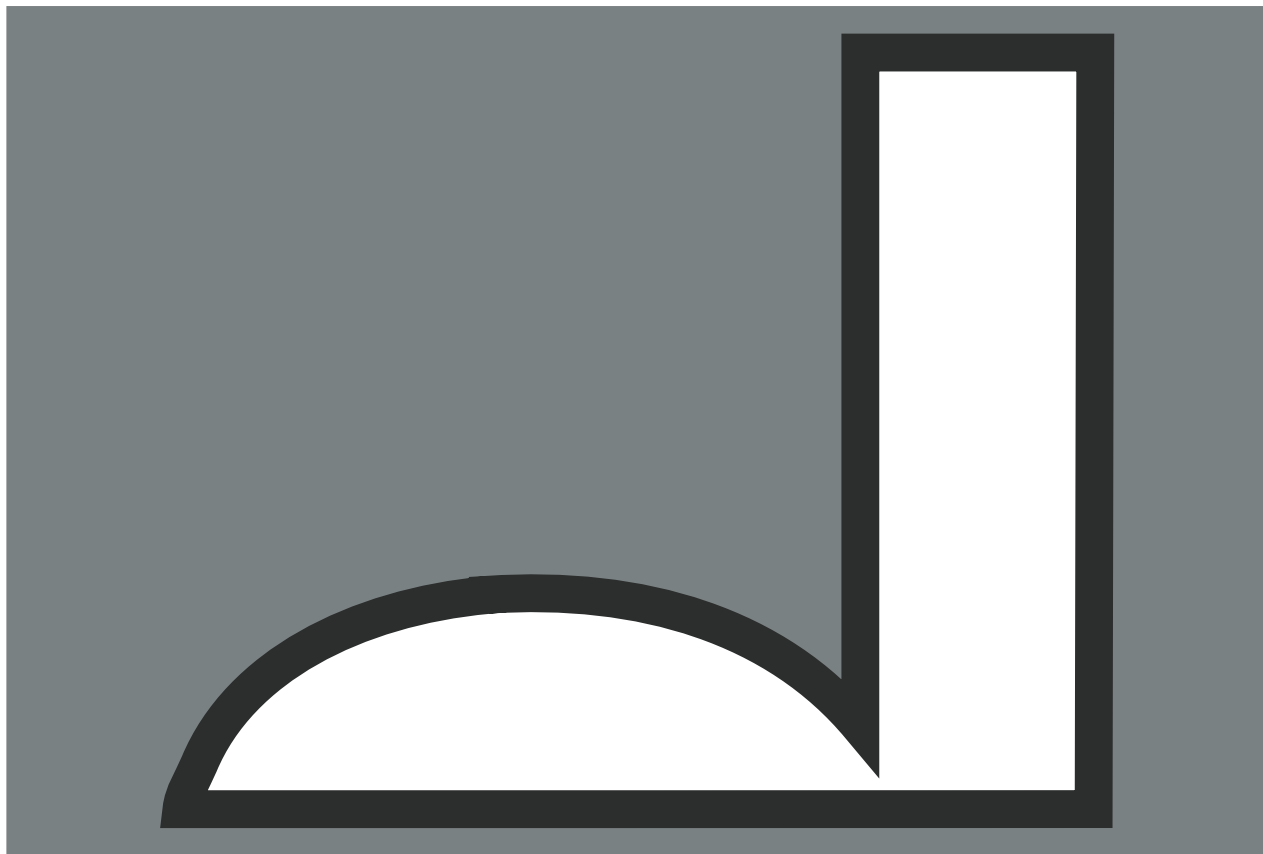




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MENSAGENS Nºs 37 E 38, DE 2011 – CN
OFÍCIOS Nºs 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 E 33, DE 2011 – CN
AVISO Nº 13, DE 2011 – CN

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL DO GOVERNO FEDERAL; SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; CÂMARA DOS DEPUTADOS; MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO; MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS; CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO; SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL; SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; E, SENADO FEDERAL, DE 2011.

ANO LXVI – SUP. AO Nº 89 – SEXTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 15 Humberto Costa</p> <p>Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Magno Malta</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz</p> <p>Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Mário Couto - PSDB (9)</p> <p>Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)</p>
<p style="text-align: center;">PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p style="text-align: center;">PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS</p>	<p style="text-align: center;">PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p style="text-align: center;">Governo Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>		

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	---

MENSAGEM

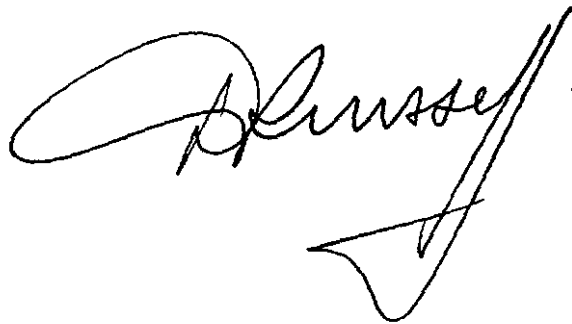
Nº 37, DE 2011-CN

Mensagem nº 161

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2011.

Brasília, 27 de maio de 2011.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Dilma Rousseff', with a large, stylized flourish extending from the bottom right.

EM Interministerial nº 00073/2011 - MF/CGU

Brasília, 26 de maio de 2011.

00001.005309/2011-47

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o primeiro quadrimestre de 2011, se encerra em 30 de maio do corrente.
5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a abril do exercício de 2011.
6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, conforme dispõe o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Guido Mantega, Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ milhares
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	148.239.527	321.334	
Pessoal Inativo e Pensionistas	81.372.846	245.676	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	66.801.928	74.189	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	64.753	1.469	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	24.377.860	137.673	
Decorrentes de Decisão Judicial	28.952	3.271	
Despesas de Exercícios Anteriores	5.098.529	122.197	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	304.226	9.608	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.946.143	2.596	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	123.861.666	183.661	
	124.045.327		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		VALOR	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		524.379.492	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9% ¹		23,656%	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%		198.739.828	
		188.829.055	

FONTE: SIAFI - STN/C/CONT/GENC

¹ O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas com Recursos Vinculados.

c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 161/IGCON/SFC/CGU/P.R. de 29 de agosto de 2008.

d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Arno H. Augustin

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO

Secretário do Tesouro Nacional

Valdir Agapito Teixeira

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA

Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		R\$ milhares
		(Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		769.028	0	
Pessoal Ativo		448.375	0	
Pessoal Inativo e Pensionistas		320.653	0	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		202.263	0	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0	0	
Decorrentes de Decisão Judicial		46.853	0	
Despesas de Exercícios Anteriores		23	0	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		155.388	0	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		566.765	0	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)		566.765	0	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		524.379.492		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		0,108%		
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		1.431.556		
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%		1.358.143		

¹O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 161/GS/CON/SFC/CGUP/R, de 29 de agosto de 2008.

c) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Arno Hugo de Augustin Filho

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

Vasdir Agapito Teixeira

VASDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ milhares
LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
(a)	(b)	
DESPESA COM PESSOAL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	471.097	6
Pessoal Inativo e Pensionistas	305.860	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	165.237	6
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	93.172	6
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	2.710	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	26	6
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	90.436	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	377.925	0
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		VALOR
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		524.379.492
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		0,072%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%		839.007
FONTE: SIAFI - STN/C/CONT/GENC		797.057

¹O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 16/IGSSCON/SFC/CGUPR, de 29 de agosto de 2008.

c) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Arno Hugo de Augustin Filho
ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

Valdir Agapito Teixeira
VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ milhares
	DESPESA COM PESSOAL		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.410.426	434	434
Pessoal Ativo	4.349.570	434	434
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.060.856	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	526.937	434	434
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	14.276	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	1.391	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	511.270	434	434
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.883.490		0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.883.490		6.883.490
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)			VALOR
			524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100			1.313%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)			11.536.349
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%			10.959.531
FONTE: SIAFI-STN/CCONT/GENC			

Notas:

- a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/64.
- b) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 161/CON/STN/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.
- c) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Arno H. Augustin Filho
ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

Valdir Agapito Teixeira
VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2011

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares	
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)			2.561.183.497
Dívida Mobiliária	2.475.696.960		2.420.861.595
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/BCB (MP nº 435/08)	2.368.029.688		81.514.964
Dívida Contratual	48.529.720		43.190.782
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	44.128.274		1.870.620
Outras Dívidas	74.585		13.745.536
DEDUÇÕES (II)	14.934.693		1.529.735.944
Ativo Disponível	1.485.548.515		432.378.671
Haveres Financeiros	405.585.450		1.118.975.288
(-) Restos a Pagar Processados*	1.079.963.064		(21.618.015)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	990.148.445		1.031.447.552
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	499.866.613		524.379.492
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	495,27%		488,42%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	198,08%		196,70%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < % >¹	-		-
FONTE: GEINC/SLAFI			

¹ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

*O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 1º

Arno H. Augustin
ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO

Secretário do Tesouro Nacional

Valdir Agapito Teixeira
VALDIR AGAPITO TEIXEIRA

Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")


R\$ milhares

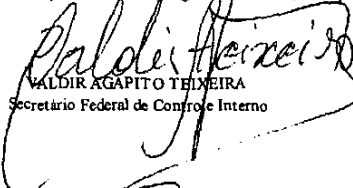
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE
		2011
		Até o 1º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.475.696.960	2.561.183.497
Dívida Mobiliária	2.368.029.688	2.420.861.595
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	1.607.284.038	1.658.242.917
(-) Aplicações em Títulos Públicos	(30.689.430)	(36.964.321)
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	706.369.588	722.710.506
Dívida Securitizada	13.617.657	13.277.844
Dívida Mobiliária Externa	71.447.834	63.594.649
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	48.529.720	81.514.964
Dívida Contratual	44.128.274	43.190.782
Dívida Contratual de PPP	0	-
Demais Dívidas Contratuais	44.128.274	43.190.782
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	74.585	1.870.620
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	14.934.693	13.745.536
Outras Dívidas	0	-
DEDUÇÕES (II)	1.460.152.571	1.529.735.944
Ativo Disponível	405.585.450	432.378.671
Depósitos do TN no BCB	405.019.005	410.400.293
Depósitos à Vista	415.242	430.566
Arrecadação a Recolher	151.203	21.547.812
Haveres Financeiros	1.079.963.064	1.118.975.288
Aplicações Financeiras	342.576.275	372.407.655
Disponibilidades do FAT	147.714.630	150.092.880
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado*	194.861.645	222.314.775
Recursos da Reserva Monetária	0	-
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	471.501.534	477.677.064
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	405.875.267	415.124.021
Créditos da Lei nº 8.727/93	33.876.704	32.324.408
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	5.288.745	4.904.027
Demais	26.460.818	25.324.607
Demais Ativos Financeiros	265.885.255	268.890.569
Haveres Externos (Garantias)	0	-
Outros Créditos Bancários*	265.885.255	268.890.569
(-) Restos a Pagar Processados*	(25.395.944)	(21.618.015)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.015.544.388	1.031.447.552
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	499.866.613	524.379.492
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	495,27%	488,42%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	203,16%	196,70%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <3>¹		
FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC		

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

¹ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

*O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 1º Quadrimestre/2011.


ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional


VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF - Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ milhares	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	28.107.549		26.541.065
Organismos Multilaterais ¹	28.107.549		26.541.065
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	24.920.224		23.700.683
Garantias a Empresas Estatais Federais	16.223.528		15.602.460
Garantias a Empresas Privadas ⁶	8.695.506		8.097.099
Agências Governamentais ¹	1.190		1.124
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	2.965.946		2.636.208
Garantias a Empresas Estatais Federais	1.930.495		1.661.458
Garantias a Empresas Privadas ⁶	1.028.257		966.571
Bancos Privados ¹	7.194		8.179
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	204.717		204.174
Garantias a Empresas Estatais Federais	162.098		159.358
Garantias a Empresas Privadas ⁶	42.619		44.816
Outros Credores ¹	0		0
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	16.662		0
Garantias a Empresas Estatais Federais	0		0
Garantias a Empresas Privadas ⁶	0		0
MYDFA - BACEN (Acordo Internacional) ¹	16.662		0
Outras Garantias nos Termos da LRF ⁸	0		0
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	59.308.984		61.511.055
Bancos Estatais ⁴	27.374.449		28.964.909
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.948.557		4.700.602
Garantias a Empresas Estatais Federais	1.948.557		4.700.602
Garantias a Empresas Privadas ⁶	0		0
Eletrobrás - Garantia à Itaipu Binacional ^{2,3}	0		0
BNDES - Garantia à Itaipu Binacional ^{2,3}	10.683.242		9.828.449
BNDES - Banco do Brasil (Contrato n.º 508/PGFN/CAF, de 23.11.2009)	0		0
FGTS - BNDES (Contrato n.º 433/PGFN/CAF, de 28.08.2008)	2.541.201		2.480.811
FI/FGTS-BNDES (Contrato s/n, DE 22.12.2008)	5.474.293		5.375.600
Outras Garantias nos Termos da LRF ⁸	6.727.156		6.579.446
Fundo de Garantia à Exportação - FGE ⁵	31.934.535		32.546.146
Fundo de Garantia Promoção Competitividade - FGPC ⁵	12.413.609		13.148.626
Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal ⁴	221.331		216.614
Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB ⁹	1.638.071		1.556.820
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB ⁴	0		0
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB ⁴	483.933		465.504
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BNB ⁴	211.421		214.049
Prog. Garantia Ativ. Agropecuária - PROAGRO/BACEN ⁴	0		0
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB ⁴	46.584		36.212
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda ⁴	288.750		302.225
Lei n.º 8.036/90 - Risco de Operações Ativas ⁴	1.428.280		1.302.877
EMGEA - MP n.º 2.155, de 22.06.2001 ²	3.080.214		3.671.241
CBEE - MP n.º 2.209 e Decreto n.º 3.209, de 29.08.2001 ²	12.122.343		11.631.978
	0		0
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	87.416.533		88.052.120
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	499.866.613		524.379.492
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III / IV)	17,49%		16,79%
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 48/2007 - 60%	299.919.968		314.627.695

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC

Continua (1/2)

Continuação

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF - Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ milhares

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011
		Até o 1º Quadrimestre
GARANTIAS EXTERNAS (V)	20.109.635	19.098.185
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	20.109.635	19.098.185
Organismos Multilaterais ¹	17.324.422	16.630.290
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	16.223.528	15.602.460
Garantias a Empresas Estatais Federais	1.099.704	1.026.706
Garantias a Empresas Privadas ²	1.190	1.124
Agências Governamentais ³	2.563.834	2.263.720
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.930.495	1.661.458
Garantias a Empresas Estatais Federais	626.145	594.084
Garantias a Empresas Privadas ²	7.194	8.179
Bancos Privados ⁴	204.717	204.174
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	162.098	159.358
Garantias a Empresas Estatais Federais	42.619	44.816
Garantias a Empresas Privadas ²	0	0
Outros Credores ⁵	16.662	0
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	0	0
Garantias a Empresas Estatais Federais	0	0
Garantias a Empresas Privadas ²	16.662	0
Outras Garantias nos Termos da LRF ⁶	0	0
GARANTIAS INTERNAS (VI)	22.041.067	24.273.688
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	15.173.000	17.009.862
Bancos Estatais ⁴	1.948.557	4.700.602
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.948.557	4.700.602
Garantias a Empresas Estatais Federais	0	0
Garantias a Empresas Privadas ²	0	0
Eletrobrás - Garantia à Itaipu Binacional ^{7,8}	10.683.242	9.828.449
BNDES - Banco do Brasil (Contrato n.º 508/PGFN/CAF, de 23.11.2009)	2.541.201	2.480.811
Outras Garantias nos Termos da LRF ⁶	6.868.067	7.263.826
Fundo de Garantia Promoção Competitividade - FGPC ⁹	221.331	216.614
Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal ⁴	1.638.071	1.556.820
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB ⁷	211.421	214.049
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BNB ⁷	0	0
Prog. Garantia Ativ. Agropecuária - PROAGRO/BACEN	0	0
Prog. Recuperação Lavoura Cacaueira-BB ⁴	288.750	302.225
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda ⁴	1.428.280	1.302.877
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas ⁴	3.080.214	3.671.241
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII) = (V + VI)	42.150.702	43.371.873
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC		(2/2)

Notas:

a) A relação de contratos de garantias em operações de crédito externo, efetuadas pela União no período de referência deste relatório, encontra-se detalhada na
b) Nenhuma garantia foi honrada pela União no período de referência deste relatório, e não consta processo de recuperação de haveres da União decorrentes da honra de aval externo. (IN TCU nº 59/2009, Art. 4º, II, b)

¹ Valores informados pelos credores - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.

² Garantia amparada em acordo bilateral. A formalização da garantia prevista no contrato nº 1480, no montante de US\$ 16,1 bilhões, está condicionada à

³ Valores informados pelos mutuários - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.

⁴ Dados informados pelos gestores dos Fundos, Programas e Operações Especiais - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.

⁵ Valores integrados no SIAFI pelos gestores do FGPC e do FGE.

⁶ Empresas privadas - Fianças concedidas antes da privatização, mediante contrato ou carta de fiança.

⁷ Vinculação de contragarantia fidejussória, conforme disposição do Conselho Monetário Nacional - CMN.

⁸ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

⁹ A apólice na qual havia participação do Governo Federal da ordem de 8,941% foi cancelada em 16/11/2010.

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2011

ROF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	R\$ milhares	
	VALOR	Até o Quadrimestre de Referência (a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)		
Mobilizatória	243.686.159	243.686.159
Interna	241.010.066	241.010.066
Refinanciamento	241.010.066	241.010.066
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	172.685.326	172.685.326
Demais Internas - Orçamentárias	2.161.913	2.161.913
Demais Internas - Extraorçamentárias	43.230.111	43.230.111
<i>BNDES e Trocas</i>	22.932.715	22.932.715
<i>Aporte Bacen MP 435/2008</i>	22.932.715	22.932.715
<i>Aporte em Empresas</i>	-	-
Externa	-	-
Refinanciamento	-	-
Demais Externas - Orçamentárias	-	-
Contratual	2.676.093	2.676.093
Interna	1.367.535	1.367.535
Abertura de Crédito	1.367.535	1.367.535
Externa	1.308.558	1.308.558
Abertura de Crédito - Orçamentárias	1.202.947	1.202.947
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	3.525	3.525
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	102.086	102.086
NAO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)*		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		
RECEITA CORRENTE E LÍQUIDA - RCL	524.379.492	% SOBRE A RCL
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DO PRINCIPAL DE DÍVIDAS (IV)²	215.123.262	41,02%
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (V)	18.514.305	3,53%
(-) Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	18.514.305	3,53%
(-) Aporte Bacen MP 435/2008³	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (Ib) + (III) - (IV) - (V)	10.048.591	1,92%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS⁴	314.627.695	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (VII) = (VI)+(Ia)	10.048.591	1,92%

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC e STN/CODIV/GEOFI
*A maior parte das operações que compõem as informações desta linha se aplica apenas a Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo que as informações da União se resumem às operações de "parcelamento de dívidas". No entanto, o controle contábil dessas informações no âmbito da União ainda está em implementação no SIAFI.

¹ Valores evidenciados em atendimento ao Acórdão TCU nº 450/09.

² Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

³ Dedução conforme art. 7º, §2º, II, "b" da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válida para cada exercício financeiro. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para

projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da dívida pública federal.

Arno Hugo de Augustin Filho

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

Aladir Agapito Teixeira

ALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2011

RGF - Anexo VII (LRF, art. 48)		R\$ milhares	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO			
Despesa Total com Pessoal - DTP		124.045.327	23,66%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%		198.739.828	37,90%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%		188.829.055	36,01%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ			
Despesa Total com Pessoal - DTP		566.765	0,108%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		1.431.556	0,273%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%		1.358.143	0,259%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA			
Despesa Total com Pessoal - DTP		377.925	0,072%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		839.007	0,160%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%		797.057	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP		6.883.490	1,313%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		11.536.349	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%		10.959.531	2,090%
DÍVIDA			
Divida Consolidada Líquida		VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		1.031.447.552	196,70%
GARANTIAS DE VALORES			
Total das Garantias de Valores		VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%		88.052.120	16,79%
		314.627.695	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização / Refinanciamento e demais deduções)		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		10.048.591	1,92%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%		-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		314.627.695	60,00%

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

Arno Hugo de Augustin Filho
ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

Paulo Agapito Teixeira
PAULO AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

**METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL
1º QUADRIMESTRE DE 2011**

PORTARIA Nº 249, de 2010, DA STN, QUE DISPÕE SOBRE A 3ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

Nota: Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO I – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “A”

1º passo – Obtenção da Despesa Bruta com Pessoal:

a) Obtem-se os valores das despesas de pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, na equação contábil 29213.02.XX – Crédito Liquidado + 292130301 – Crédito Pago Folha, na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, e grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), Poder Executivo, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores.

b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

- Para identificar os valores dos Ativos, consideram-se, com exceção dos elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões e 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, os demais elementos do grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também excetua-se os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, se devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem.

- Para identificar os Inativos e Pensionistas, filtram-se os elementos de despesas 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões; no grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também se incluem os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade no nível de subitem.

- Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, filtra-se especificamente o elemento de despesas 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º) no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes.

c) Excetua-se os seguintes Projetos Atividades / Subprojetos Subatividades, do contexto, quando da geração da consulta:

00530014 Pessoal Inativo e Pensionistas de Boa Vista – Extinto Território de Roraima;	20870014 Pagamento de Pessoal Ativo de Boa Vista – Extinto Território de Roraima;
00530016 Pessoal Inativo e Pensionistas de Macapá – Extinto Território do Amapá;	20870016 Pagamento de Pessoal Ativo de Macapá – Extinto Território do Amapá.

d) Excetua-se os valores das Unidades Orçamentárias 34101 a 34106, do Ministério Público da União, 59101 – Conselho Nacional do Ministério Público e 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF.

e) Para obter os valores do elemento 91 – Sentenças Judiciais, também são excetuados os valores dos Órgãos Superiores das Unidades Orçamentárias do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

2º passo – Obtenção das Despesas Não Computadas:

Obtêm-se os valores das despesas não computadas nas despesas de pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, conforme critério definido no 1º passo, porém filtrando-se especificamente os elementos de despesa a seguir:

- a) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária: elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas (art. 19, § 1º, inciso I), exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- b) Decorrentes de Decisão Judicial: elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- c) Despesas de Exercícios Anteriores: elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- d) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas e 03 – Pensões e os elementos de despesa 08 – Outros Benefícios Assistenciais (Excluindo-se as Naturezas de Despesa 31900803 – Auxílio Funeral Inativo Civil, 31900804 – Auxílio Funeral Inativo Militar e 31900814 – Auxílio Funeral Pensionista Militar), 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, realizados nas fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso VI).

DESPESAS DEFINIDAS NOS INCISOS XIII EXIV DO ARTIGO 21 DA CF/88 E NO ARTIGO 31 DA EC Nº 19/98

3º passo – Identificação da Despesa Bruta com Pessoal do GDF:

- a) Obtêm-se os valores das despesas de pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, na equação contábil: 29213.02.XX – Crédito Liquidado + 292130301 – Crédito Pago Folha, na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, Poder Executivo, e grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, unidade orçamentária 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF;
- b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.
- Para identificar os valores dos Ativos, consideram-se, com exceção dos elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões e 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, os demais elementos do grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também excluem-se os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, se devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem;
 - Para identificar os Inativos e Pensionistas, filtram-se os elementos de despesas 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões; no grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também se incluem os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade no nível de subitem.
 - Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, filtra-se especificamente o elemento de despesas 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º) no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes.

4º passo – Identificação da Despesa Bruta com Pessoal do Amapá e de Roraima:

- a) Obtêm-se os valores das despesas de pessoal, no SIAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, na equação contábil: 29213.02.xx – Crédito Liquidado + 292130301 – Crédito Pago Folha, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, e grupo de despesa 3 – Outras Despesas

Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), Poder Executivo, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, nos Projetos Atividades / Subprojetos Subatividades relacionados abaixo;

Projetos Atividades / Subprojetos Subatividades:

00530014	Pessoal Inativo e Pensionistas de Boa Vista – Extinto Território de Roraima;	20870014	Pagamento de Pessoal Ativo de Boa Vista – Extinto Território de Roraima;
00530016	Pessoal Inativo e Pensionistas de Macapá – Extinto Território do Amapá;	20870016	Pagamento de Pessoal Ativo de Macapá – Extinto Território do Amapá.

- b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.
- Para identificar os valores dos Ativos, consideram-se, com exceção dos elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões e 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, os demais elementos do grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também excluem-se os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, se devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem;
 - Para identificar os Inativos e Pensionistas, filtram-se os elementos de despesas 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões; no grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também se incluem os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade no nível de subitem.
 - Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, filtra-se especificamente o elemento de despesas 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º) no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes.

5º passo – Obtenção das Despesas Não Computadas do GDF, Amapá e Roraima:

Obtêm-se os valores das despesas não computadas na despesa com pessoal, no SYAFI Gerencial, consultando as contas de despesa executada, conforme critérios definidos nos 3º e 4º passos, porém filtrando-se especificamente os elementos de despesa a seguir:

- a) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária: elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas (art. 19, § 1º, inciso I), exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- b) Decorrentes de Decisão Judicial: elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- c) Despesas de Exercícios Anteriores: elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- d) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas e 03 – Pensões e os elementos de despesa 08 – Outros Benefícios Assistenciais (Excluindo-se as Naturezas de Despesa 31900803 – Auxílio Funeral Inativo Civil, 31900804 – Auxílio Funeral Inativo Militar e 31900814 – Auxílio Funeral Pensionista Militar), 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, realizados nas fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso VI).

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO II – LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “B”

Amplitude: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Mobiliária	
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	
	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - INTERNA / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
Crîtérios	
<i>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado</i>	
(-) Aplicações em Títulos Públicos	ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / APLICACOES FINANCEIRAS / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / APLICACOES FINANCEIRAS / POUPOANCAS
	-11113.XX.XX
	-11113.07.00
	-11113.14.XX
Crîtérios	
<i>Apenas os saldos referentes aos TIPOS DE ADMINISTRAÇÃO "3" a "8" (Administração Indireta)</i>	
<i>Exceto saldos do órgão 25901 - "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"</i>	
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	
	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - INTERNA / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
Crîtérios	
<i>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB</i>	
Dívida Securitizada	
	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - INTERNA / EM TITULOS / DIVIDA MOBILIARIA
Crîtérios	
<i>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada</i>	
	PASSIVO / PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM TITULOS / TDA
	+21231.01.02
	+22211.02.00
Dívida Mobiliária Externa	
	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / EXTERNAS / EM TITULOS / PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA / EM TITULOS / TITULOS DO TESOURO NACIONAL
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP n° 435/08)	
	PASSIVO / PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / CREDITORES - ENTIDADES E AGENTES / ENTIDADES CREDORAS / RESULTADO NEGATIVO DO BANCO CENTRAL / RESULTADO NEGATIVO BACEN - CUSTO DAS RESERVAS
	+21221.04.02
Dívida Contratual	
Dívida Contratual de PPP	
Demais Dívidas Contratuais	
	PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / EXTERNAS / = EM CONTRATOS
	+21232.02.00
	+22222.00.00
	+21231.02.01
	+21231.02.02

CONTRATOS / CONTRATOS DE EMPRESTIMOS
PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / OPERACOES DE CREDITO / INTERNAS / EM
CONTRATOS / JUROS PRO-RATA SEMPREST. INTERNOS CONTRAIDOS
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OPERACOES DE CREDITO -
INTERNA / = EM CONTRATOS

+21231.02.03

+22212.00.00

Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)

+29511.01.00

+29511.02.00

+29511.04.00

+29521.01.01

+29521.01.02

+29241.01.01

+29241.04.02

+29213.02.02

Critérios

Apenas os saldos da ação 0005 - "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas".

Divida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)

PASSIVO CIRCULANTE / OBRIGACOES EM CIRCULACAO / CREDITORES - ENTIDADES E AGENTES / ENTIDADES
CREDORAS / ENTIDADES FEDERAIS

PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO / OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO / OBRIGACOES A PAGAR /
ENTIDADES CREDORAS / ENTIDADES FEDERAIS

Critérios

Apenas os saldos da Unidade Gestora 170512 - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI).

Outras Dívidas

Sem informação

DEDUÇÕES

Ativo Disponível

Depósitos do TN no BCB

+11112.01.XX

+11112.03.XX

+11112.04.XX

ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA
MOVIMENTO / CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO NACIONAL
ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA
MOVIMENTO / INSS
ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA
MOVIMENTO / RECURSOS A DISPOSICAO DA DÍVIDA PÚBLICA
+ Conciliação do Movimento da Conta Única no último dia útil do período de referência (total das Ordens Bancárias não sacadas no BB e no Bacen, bem como as Ordens Bancárias de Crédito retidas).

+11112.99.XX

Depósitos à Vista

ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA
MOVIMENTO / OUTRAS CONTAS

Critérios

Exceto saldos do órgão 25901 - "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)" e da Unidade Gestora 380916 - "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".

Arrecadação a Recolher

Haveres Financeiros

Aplicações Financeiras

Disponibilidades do FAT

+11112.99.XX

+11113.12.00

+1112X.XX.XX

+11231.00.00

+11251.04.00

ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA
MOVIMENTO / OUTRAS CONTAS
ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / APLICACOES FINANCEIRAS
/ FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA
ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS /
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO /

RECURSOS VINCULADOS / DEPOSITOS ESPECIAIS
 ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO /
 DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT
 ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E
 FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
 ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E
 FINANCIAMENTOS / FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS
 ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E
 FINANCIAMENTOS / FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - RECURSOS FAT

Crêterios

Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 380916 - "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE"

+24XXX.XX.XX PASSIVO / PATRIMONIO LIQUIDO
 -11112.XX.XX ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL / BANCOS CONTA
 MOVIMENTO

Crêterios

Apenas os saldos contábeis referentes ao Tipo de Administração 07 - "Fundos"

+11124.00.00 ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / DISPONIVEL / DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA / APLICACOES
 FINANCEIRAS E LIQUIDACAO FUTURA DE DESPESAS

Sem informação no Siafi.

Recursos da Reserva Monetária

Renegociação de D vidas de Ent s da Federação
 Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei n 
 9.496/97 e MP n  2.185/01)

+11231.00.00 ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS /
 EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
 +11238.00.00 ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE
 EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
 +12231.00.00 ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E
 FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
 +12238.00.00 ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E
 FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS

Crêterios

Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"

Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei n  9.496/1997 e   MP n  2.185/2001

+11231.00.00 ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS /
 EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
 +11238.00.00 ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE
 EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
 +12231.00.00 ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E
 FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
 +12238.00.00 ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E
 FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS

Crêterios

Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"

Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei n  8.727/1993

+11231.00.00 ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS /
 EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
 +11238.00.00 ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE
 EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
 +12231.00.00 ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E
 FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
 +12238.00.00 ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E
 FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS

Crêterios

Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"

Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF n  30 e outros)

+11231.00.00 ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS /

Demais D vidas Renegociadas

Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor
 Privado

Dívida Externa Renegociada (Aviso MF n  30 e
 outros)

Demais Ativos Financeiros		EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
Haveres Externos (Garantias)	Sem informação.	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
		+11238.00.00
		ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
		+12231.00.00
Outros Créditos Bancários	Sem informação.	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
		+12238.00.00
		<i>Critérios</i>
		<i>Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.</i>
Haveres Externos (Garantias)		ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / OPERACOES ESPECIAIS / CREDITOS DE OPERACOES ESPECIAIS
Outros Créditos Bancários	Sem informação.	ATIVO / ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS EM CIRCULACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / OPERACOES ESPECIAIS / OPERACOES ESPECIAIS SECURITIZADAS
		+11234.03.00
		<i>Critérios</i>
		<i>Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)".</i>
Outros Créditos Bancários	Sem informação.	ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
		+12231.00.00
		ATIVO / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS / FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS
		+12232.01.00
Haveres Externos (Garantias)		<i>Critérios</i>
Outros Créditos Bancários	Sem informação.	<i>Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)", e apenas os créditos concedidos ao BNDES, identificados em nível de conta corrente.</i>
		EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR
		+29241.04.02
		CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR - DOCUMENTO FOLHA
Outros Créditos Bancários	Sem informação.	+29213.02.02
		RP PROCESSADOS A PAGAR - NE
		+29521.01.01
		RP PROCESSADOS A PAGAR - FOLHA
Outros Créditos Bancários	Sem informação.	+29521.01.02

3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO III – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" E ART. 40, § 1º

I) Garantias Concedidas:

Os registros correspondentes às garantias concedidas pelo Tesouro Nacional estão identificados no SIAFI, até o mês de referência, gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por meio do grupo das contas contábeis 19953.XX.YY – Garantias Concedidas.

II) Contragarantias Recebidas:

Os registros correspondentes às contragarantias recebidas pelo Tesouro Nacional, decorrentes das garantias concedidas, estão identificados SIAFI, até o mês de referência, gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por meio do grupo de contas contábeis 19952.XX.YY – Contragarantias Recebidas.

Metodologia de Elaboração:

- Os valores em moeda estrangeira foram convertidos para moeda nacional nas datas das informações dos respectivos saldos;
- Garantias Concedidas – Identifica as garantias concedidas, relativas às operações externas ou internas, de acordo com as seguintes categorias: aval ou fiança em operações de crédito e outras garantias concedidas nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive garantias concedidas por meio de Fundos;

c) As garantias encontram-se classificadas, no primeiro nível de classificação, nas seguintes categorias:

I) Garantias Externas - São as garantias relativas a obrigações contraídas junto a organismos multilaterais de crédito, agências governamentais estrangeiras ou outros credores sediados no exterior;

II) Garantias Internas - São as garantias relativas as obrigações contraídas junto a credores públicos ou privados, no país.

d) As Garantias Externas e Internas estão subdivididas em:

I) Aval ou Fiança em Operações de Crédito - Nessa linha registram-se os saldos, do exercício anterior e do exercício de referência até o quadrimestre correspondente, dos avais ou fianças em operações de crédito.

II) Outras Garantias nos Termos da LRF (externas ou internas) - Nessa linha, registram-se os saldos, do exercício anterior e do exercício de referência até o quadrimestre correspondente, de outras garantias concedidas nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo garantias concedidas por meio de Fundos.

Esta categoria inclui as garantias ou riscos assumidos em operações internas realizadas no âmbito de fundos, programas de financiamento (linhas de crédito) e operações especiais aprovadas por lei específica, a seguir: Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC; garantias de execução de contrato (Operações do Tipo Performance Bond) e de devolução de sinal (Refundment-bond); Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB; Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF/BB; Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF/BNB; Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO/BACEN; Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira-BB; Fundo de Aval Para Geração de Emprego e Renda- FUNPROGER; Lei nº 8.036, de 11.05.1990 - assunção do risco de operações ativas/ solvência; Empresa Gestora de Ativos - EMGEA - MP nº 2.155, de 22.6.2001. Nesses casos, os valores são informados pelas instituições, agentes operadores e financeiros federais.

Os registros são efetuados pela STN, exceto os relativos às garantias no âmbito do FGE e FGPC, cujos saldos são registrados diretamente pelos gestores desses fundos.

e) No 1º quadrimestre de 2011, o saldo total das Garantias (Interna e Externa) apresentou um acréscimo no valor aproximado de R\$ 635,5 milhões, registrando uma variação positiva da ordem de 0,7271% em relação ao 3º quadrimestre de 2010. Na apuração do saldo das Garantias Internas, verifica-se um aumento de aproximadamente R\$ 2,202 milhões. Tal incremento justifica-se principalmente pelos 12 (doze) contratos de financiamento firmados entre o BNDES e alguns Estados da Federação. As Garantias Externas apresentaram decréscimo de aproximadamente R\$ 1,566 bilhão, justificada em grande parte pela amortização realizada no quadrimestre e pela variação cambial apurada no período.

f) A dispensa de contragarantia decorre principalmente de operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou de operações realizadas anteriormente à Resolução nº 96/89 do Senado Federal, que tornou obrigatória a vinculação de contragarantias a partir de sua edição. A modalidade de operações de seguro de crédito não requer contragarantia, considerando que o próprio prêmio de seguro objetiva constituir reserva atuarial para cobertura de eventual sinistro, constituindo-se assim uma situação de inexistência de contragarantia.

g) A diferença entre os valores referentes às garantias e às contragarantias decorre das situações anteriormente citadas, podendo assim ser resumido:

JUSTIFICATIVAS QUANTO À DIFERENÇA ENTRE O SALDO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

UNIAO				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011				
UNIAO	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
LEI, art. 55, inciso I, alínea "c", e art. 40, § 1º - Anexo III				
DISPENSA DE CONTRAGARANTIA - INTERIORS				
CONTRATOS DE SEGURO - NÃO APLICÁVEL	7.557.917,00	7.557.917,00	7.557.917,00	7.557.917,00
A contragarantia e o prêmio de seguro	12.944.175.881,33	13.650.311.663,96	13.650.311.663,96	13.650.311.663,96
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	12.413.608.794,37	13.148.625.902,58	13.148.625.902,58	13.148.625.902,58
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/RE	483.933.002,08	465.503.736,39	465.503.736,39	465.503.736,39
Programa de Garantia de Atividade Agropecuária - PROAGRO - Bacen	46.584.085,48	35.212.225,00	35.212.225,00	35.212.225,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LEI Nº 101, DE 04.05.2000	24.923.791.190,53	23.587.024.402,37	23.587.024.402,37	23.587.024.402,37
Outros tipos de garantia contragarantia sem dispensa para emissão de próprio endosso	21.323.791.190,53	21.323.791.190,53	21.323.791.190,53	21.323.791.190,53
BNDÉS (Contrato S/Nº de 22/12/2008)	6.773.155.960,32	6.579.446.144,43	6.579.446.144,43	6.579.446.144,43
BND/ES (Contrato nº 433/08)	5.014.292.534,00	5.375.600.693,10	5.375.600.693,10	5.375.600.693,10
EMGEA - MP nº 2.155, de 23.06.2001	12.122.342.696,20	11.631.977.764,76	11.631.977.764,76	11.631.977.764,76
Total geral	37.267.917.072,45	37.237.364.266,31	37.237.364.266,31	37.237.364.266,31

h) Em atenção às determinações contidas no Acórdão n.º 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União - TCU, apresenta-se, a seguir, a tabela "Garantias Externas - Razões para Dispensa de Contragarantias", atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU:

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGUANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III
DISPENSA DE CONTRAGUANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS

Valores em Reais 1,00						
3º Quadrimestre						
2º Quadrimestre						
1º Quadrimestre						
50 Exercício Anterior						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado						
Moeda de Origem						
Data de assinatura						
Moeda de Origem						
Valor Contratado</						

i) Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, letra a, da Instrução Normativa - IN nº 59 do TCU, aprovada em 12.08.2009, apresenta-se, a seguir, a relação dos contratos de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo (Acórdão nº 1.779/2009/TCU):

Contratos de Garantia Assinados no 1º Quadrimestre/2011						
Banco	Contrato	Mutuario	SIAFI	Data de assinatura	Valor Contratado (moeda de origem)	Descrição
JBIC	BZ-P18	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP	502107	15.02.2011	JPY	19,169,000,000
						Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista – Fase I
BIRD	7884	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)	502108	24.02.2011	US\$	495,000,000
						Projeto de Reabilitação da Distribuição – Eletrobrás

j) Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa – IN nº 59 do TCU, aprovada em 12.08.2009, informamos que no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, nenhuma garantia foi honrada pela União e que não há processo de recuperação de haveres da União decorrentes da Honra de Aval Externo.

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ANEXO IV – LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA “D” E INCISO III ALÍNEA “C”

a) Identifica-se, no SIAFI, a conta contábil 19114.00.00 – Receita Realizada, até o mês de referência, saldo acumulado, gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Categoria Econômica da Receita 2 – Capital, Subcategoria Econômica da Receita 1 – Operações de Crédito, especificadas nas fontes originárias de Receita, Operações de Crédito Externas e Internas;

b) Não há identificação no SIAFI do Item II – Antecipação de Receita Orçamentária – ARO, por não haver, no âmbito da União, esta ocorrência.

c) Os valores das operações de crédito extra-orçamentárias são apurados a partir das contas contábeis:

Operações de Crédito – Contratuais

5.2.3.3.1.01.01 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - INTERNAS
5.2.3.3.1.01.02 ASSUNÇÃO/RECONH.CONFISSAO DE DIVIDA - INTERNA
5.2.3.3.1.01.03 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA
5.2.3.3.1.01.04 ASSUNÇÃO/RECONH.CONFISSAO DE DIVIDA - EXTERNA

Operações de Crédito – Em Títulos

5.2.3.3.1.02.01 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - INTERNAS (BNDES x TROCAS)
5.2.3.3.1.02.02 ASSUNÇÃO/RECONH.CONFISSAO DE DIVIDA - INTERNA (FCVS)
5.2.3.3.1.02.03 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNAS
5.2.3.3.1.02.04 ASSUNÇÃO/RECONH.CONFISSAO DE DIVIDA - EXTERNA
5.2.3.3.1.02.05 EMISSÃO DE TÍTULOS - APORTE BACEN MP 435/2008
5.2.3.3.1.02.06 EMISSÃO DE TÍTULOS - APORTE EM EMPRESAS

Cancelamentos de Operações de Créditos

6.2.3.3.1.02.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS - EM TÍTULOS, apurada no órgão superior 25000 – Ministério da Fazenda.

5) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – ANEXO VII – LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos I a IV.

(A Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

MENSAGEM Nº 38, DE 2011-CN

Mensagem nº 21

Brasília, 25 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em vista do que estabelece o artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000.

Atenciosamente,



Ministro CEZAR PELUSO
Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/10 A ABR/11

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	310.927.290	5.788.719
Pessoal Ativo	199.196.686	5.756.110
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	199.196.686	5.756.110
Pessoal Inativo e Pensionistas	111.730.603	32.609
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	111.730.603	32.609
Outras despesa de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	122.335.697	2.298.719
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	29.867.427	2.298.719
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	92.468.270	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	188.591.592	3.490.000
DESPESA TOTAL COM PESSOAL* DTP (IV) = (III a + III b)		192.081.592
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		524.379.492.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL* DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,036630%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,073726%	386.604.024
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,070040%	367.275.396
FONTE: SIAFI E PORTARIA 82/2005 - STF		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Washington Luiz Ribeiro da Silva
Secretário de Administração e Finanças

Edna Isabel Brito Gonçalves Prandini
Secretária de Controle Interno

Alcides Diniz da Silva
Diretor Geral

(À Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

OFÍCIO Nº 26, DE 2011-CN

GP-O nº 1496 /2011

Brasília, 25 de maio de 2011.

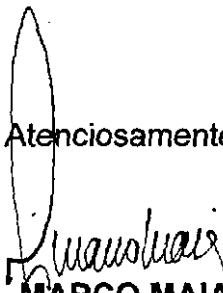
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 121 da Lei 12.309, de 9/8/2010 (LDO/2011), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011.

Atenciosamente,



MARCO MAIA
Presidente

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Maio/2010 a Abril/2011)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.937.478.941,25	148.374.000,00
Pessoal Ativo	2.042.924.444,02	98.152.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	894.554.497,23	50.222.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	350.834.981,55	72.204.112,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	39.425.187,61	800.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	9.563.307,57	71.404.112,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	301.846.486,37	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.586.643.959,70	76.169.888,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	2.586.643.959,70	76.169.888,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	524.379.492.000,00	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,507803	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)	6.344.991.853,20	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149300%)	6.027.742.260,54	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ROGERIO VENTURA TEIXEIRA
Diretor-Geral

RICARDO SOARES DE ALMEIDA
Secretário de Controle Interno

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

OFÍCIO Nº 27, DE 2011-CN

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 671

Brasília, 27 de maio de 2011.

Senhor Presidente,

Cumprindo determinação expressa no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, encaminho a Vossa Excelência os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2010 a abril de 2011.

Na oportunidade, cabe informar que, em razão do disposto na Portaria PGR nº 192, de 29 de abril de 2010, até a fixação do percentual próprio, por lei, as despesas com pessoal concernentes ao Conselho Nacional do Ministério Público foram incluídas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Ministério Público da União.

Atenciosamente,



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

PORTARIA PGR Nº 308 DE 27 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público os Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao período de maio de 2010 a abril de 2011, conforme anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhões

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(I)	(II)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.492.876	52.096
Pessoal Ativo	2.041.597	48.941
Pessoal Inativo e Pensionistas	451.279	3.155
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 36 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	546.481	34
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	145.936	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	400.545	34
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.946.395	51.972
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + II)	2.492.876	
ADEQUAÇÃO DO COMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	524.179.492	
% DE DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100	0,48	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,60%	3.146.277	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,57%	2.983.963	

Fonte: SIAFI

Nota: Receita Corrente Líquida divulgada pela Portaria nº 328, de 19 de maio de 2011, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve o entrega do material ao serviço, nos termos do art. 43 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Procurador-Geral da República

LAURO PINTO CARLOS NETO
Secretário-Geral

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	397.301	949
Pessoal Ativo	338.005	66
Pessoal Inativo e Pensionistas	59.296	883
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	93.473	16
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	41.641	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	51.782	16
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	303.878	933
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	304.811	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,0581
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF e Decreto nº 6.334/2007) - 0,092%	482.429
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,0874%	458.308

Fonte: SIAFI

Nota: Receita Corrente Líquida divulgada pela Portaria nº 328, de 19 de maio de 2011, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Procurador-Geral da República

LAURO PINTO CARDOSO-NETO
Secretário-Geral

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

OFÍCIO Nº 28, DE 2011-CN

Ofício nº 268/GP – COFI

Brasília, **25** de maio de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – 1º Quadrimestre de 2011

Senhor Presidente,

Em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 do Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente,



Ministro Cezar Peluso
Presidente

PORTARIA Nº 45 , DE 25 DE MAIO DE 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o inciso III e o parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2011, constante do anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Ministro Cezar Peluso
Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGI - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.522.973,54	705.762,75
Pessoal Ativo	18.522.973,54	705.762,75
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	18.522.973,54	705.762,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.189,15	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	19.189,15	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.503.784,39	705.762,75
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		19.209.547,14

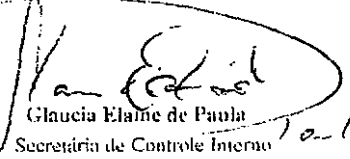
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	524.379.492,000,00
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,003663
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,006000%	31.462.769,52
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,005700%	29.889.631,04
FONTE: Siafi Gerencial e Resolução CNI 5/2005.	

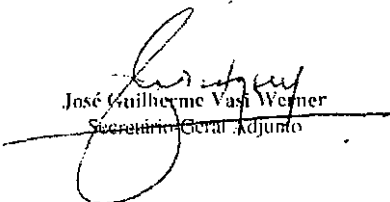
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.


Kléber de Oliveira Vieira
Diretor-Geral - Substituto


Gláucia Elaine de Paula
Secretária de Controle Interno


José Guilherme Vasi Werner
Secretário-Geral Adjunto

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

OFÍCIO Nº 29, DE 2011-CN

OF.TST.GDGSET.GP.N.º 170

Brasília, 26 de maio de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011.

Atenciosamente,



JOÃO ORESTE DALAZEN
Ministro Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, alínea "a")

R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	523.772	33.154	556.926
Pessoal Ativo	392.844	3.325	396.169
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	131	-	131
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Ativo	392.713	3.325	396.038
Pessoal Inativo e Pensionistas	130.928	29.829	160.757
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	202	-	202
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	130.726	29.829	160.555
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	125.601	33.154	158.755
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	145	-	145
Decorrentes de Decisão Judicial	131	-	131
Despesas de Exercícios Anteriores	10.703	33.154	43.857
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	114.622	-	114.622
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	398.171	-	398.171

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,075932%	0,000000%	0,075932%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,182102%		954.906
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,172997%		907.160

FONTE: SIAFI - DICONTE/SEAO/ST

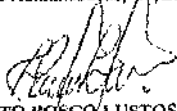
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



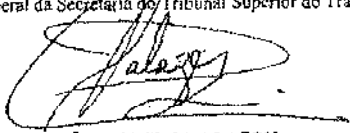
DIRLEY SÉRGIO DE MELO

Secretário de Administração, Orçamento e Finanças



HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA

Secretário de Controle Interno


GUSTAVO CARIBE DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho


JOÃO ORESTE DALAZEN

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

OFÍCIO Nº 30, DE 2011-CN

Ofício nº 137 / PRES – 013/SEPLA-GS

Brasília, DF, em 31/05/2011.

À Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
N E S T A

Referência: **Lei Complementar nº 101/00**

Assunto: **Relatório de Gestão Fiscal** - Período de maio de 2010 a abril de 2011

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Reporto-me ao Art. 54 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, para encaminhar a Vossa Excelência cópia do **Relatório de Gestão Fiscal**, para o período de **maio de 2010 a abril de 2011**, desta Justiça Militar da União, publicado no Diário Oficial da União, nº 102, Seção I, página 203, de 30 de maio de 2011, para fins de conhecimento da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização e posterior Parecer Prévio por parte do Egrégio Tribunal de Contas da União.

Atenciosamente,



Alte Esq ALVARO LUIZ PINTO
Ministro-Presidente do STM

Nº 102, segunda-feira, 30 de maio de 2011

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

203

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = $(III \div IV) \times 100$	0,095420%	0,000022%	0,095442%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,224226%		1.175.795
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,213013%		1.117.005

FONTE: SIAFI

Notas:

- 1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- O valor de R\$ 8.552, constante da linha de Sentenças Judiciais com Precatórios de Pessoal Ativo, inclui a parcela de R\$ 8.497 decorrente do pagamento de Contribuição para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais em virtude do pagamento de Precatórios relativos a exercícios anteriores.

FRANCISCO CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Diretor-GeralSILVIO FERREIRA
Secretário de Administração e FinançasSUELY AMARAL DE MEDEIROS SANTOS
Secretária de Controle Interno

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS**

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos do Presidente da Turma e Atos Ordinatórios, publicados no DOU de 27-5-2011, Seção 1, pág. 241, no título, onde se lê: Tribunal Regional do Trabalho - 1ª Região, leia-se: Conselho da Justiça Federal, Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

(p/COEJO)

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 16, DE 26 DE MAIO DE 2011

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1 Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de maio de 2010 a abril de 2011.

Art. 2 Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 249/STN/MF, de 30 de abril de 2010 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, conforme quadros anexos.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Alte Esq ALVARO LUIZ PINTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	297.964	-	297.964
Pessoal Ativo	136.803	-	136.803
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Ativo	136.803	-	136.803
Pessoal Inativo e Pensionistas	161.161	-	161.161
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	161.161	-	161.161
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	161.180	-	161.180
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-

Decorrentes de Decisão Judicial	52	-	52
Despesas de Exercícios Anteriores	4.845	-	4.845
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	156.283	-	156.283
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	136.784	-	136.784

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = $(III \div IV) \times 100$	0,026085%	0,000000%	0,026085%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=	0,080726%		423.311
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=	0,076690%		402.145

Observações:

- (1) Fonte dos dados: SIAFI2010 e SIAFI2011.
- (2) RCL publicada pela Portaria n 328/STN, de 19/05/2011.
- (3) Limite Prudencial - LRF = 0,076689% (alterados pela Resolução n . 26/CNJ, de 05.12.2006).
- (4) Do valor de R\$ 38.277.139,12 relativos às Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$ 33.432.118,28, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- (5) Do valor de R\$ 142.708,32 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial, apurados no período, R\$ 91.200,88, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- (6) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei n 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei n 4.320/64.

Alte Esq ALVARO LUIZ PINTO
Min. Presidente do TribunalMOISÉS FRANCISCO DE SOUSA
Diretor-GeralAFONSO IVAN MACHADO
Secretário de PlanejamentoRITA DE CÁSSIA MATOS MARCELLINO DA SILVA
Secretário de Controle Interno
Em exercícioTRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 321, DE 26 DE MAIO DE 2011(*)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

- Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo à presente Portaria, relativo ao 1º Quadrimestre do exercício 2011.
- Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011053000203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 16, DE 26 DE MAIO DE 2011.

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de maio de 2010 a abril de 2011 .

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 249/STN/MF, de 30 de abril de 2010 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, conforme quadros anexos.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


Alte Esq ALVARO LUIZ PINTO

ANEXO DO ATO NORMATIVO Nº 16/2011.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	297.964	-	297.964
Pessoal Ativo	136.803	-	136.803
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Ativo	136.803	-	136.803
Pessoal Inativo e Pensionistas	161.161	-	161.161
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	161.161	-	161.161
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	161.180	-	161.180
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	52	-	52
Despesas de Exercícios Anteriores	4.845	-	4.845
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	156.283	-	156.283
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	136.784	-	136.784

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,026085%	0,000000%	0,026085%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,080726%		423.311
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,076690%		402.145

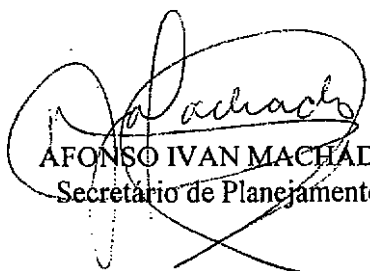
Observações:

- (1) Fonte dos dados: SIAFI2010 e SIAFI2011.
- (2) RCL publicada pela Portaria nº 328/STN, de 19/05/2011.
- (3) Limite Prudencial - LRF = 0,076689% (alterados pela Resolução nº. 26/CNJ, de 05.12.2006).

- (4) Do valor de R\$ 38.277.139,12 relativos às Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$ 33.432.118,28, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- (5) Do valor de R\$ 142.708,32 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial, apurados no período, R\$ 91.200,88, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- (6) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei nº 4.320/64.


Alte Esq ALVARO LUIZ PINTO
Ministro-Presidente,


MOISÉS FRANCISCO DE SOUSA
Diretor-Geral


AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento


RITA DE CÁSSIA MATOS MARCELLINO DA
SILVA
Secretário de Controle Interno, em exercício.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

AVISO Nº 13, DE 2011-CN


Aviso nº 696 – GP/TCU

Brasília, em 30 de maio de 2011..

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 100, de 26/05/2011, Seção I, página 121.

Respeitosamente,


BENJAMIN ZYMLER
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

PORTARIA-TCU Nº 129 , DE 25 DE MAIO DE 2011.


Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do TCU, exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 1º quadrimestre de 2011, na forma do Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O Relatório a que se refere o caput será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


BENJAMIN ZYMLER

ANEXO
UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

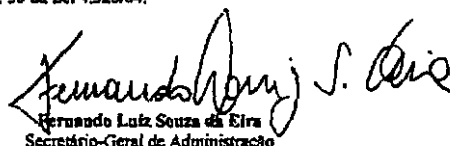
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo 1		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS ⁽¹⁾	
		(Últimos 12 Meses)	
		Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.138.354.065,31	30.251.195,67
Pessoal Ativo		734.505.067,64	25.229.393,24
Pessoal Inativo e Pensionistas		403.848.997,67	5.021.802,43
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)		219.102.611,55	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		7.916.204,57	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁽²⁾		211.186.406,98	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)		0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		919.251.453,76	30.251.195,67
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV = IIIa + IIIb)		949.502.649,43	

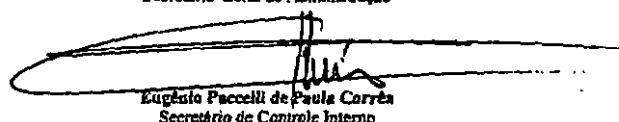
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	524.379.492.090,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,1811%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4344%	2.277.904.513,64
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4127%	2.164.114.163,86

Fonte: Siasf Gerencial, Siasf 2010 e 2011, Portaria STN nº 328, de 19 de Maio de 2011 (RCL)

Notas: 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.


Fernando Luiz Souza da Silva
Secretário-Geral de Administração


Eugênio Paccelli de Paula Corrêa
Secretário de Controle Interno


José Eliemá Oliveira Louqueiro
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade



CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdiccional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público *"promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos"*;

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbem ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover e inquirir o civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais inalienáveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais de pessoas humanas de trabalho;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa *fundamento e fim da sociedade e do Estado*;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000494.2010.01.0066/2002 caracterizam a instauração do presente procedimento investigatório nos fins da empresa denominada **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEADE**, inscrita no CNPJ sob o número 33.352.394/0001-04 e com matriz estabelecida na Rua Sacadura Cabral nº 103, São João, no município de Rio de Janeiro/RJ, com a finalidade de apurar irregularidades existentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à **saúde humana do indivíduo** que labora (reporta violação de normas de ordem pública relativas à **saúde, segurança e higiene no trabalho - NR 24 do MTE - fl. 18 e 19 do processo**);

CONSIDERANDO que a empresa que descumpra a legislação trabalhista pode vir a ser auxiliada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se permitir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93:

Resolve, com esse que no artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75/93 e uma Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL nº 000494-2010.01.006/6-502 em face da empresa estatal COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE, inscrita no CNPJ sob o número 33.152.194/0001-4 e com matriz matriciadora no Rio Sacanduba Cabral nº 103, Sede, no município de Rio de Janeiro/RJ, adotando as seguintes providências:

Designar o servidor KLEBER MARTINS MOTA, ocupante o cargo de Analista Processual, lotado na Procuradoria do Trabalho do Município de Niterói, para funcionar como secretário do presente escritório civil:

ÉRICA DE ALMEIDA BONFANTE
TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011052600121

3ª REGLÃO

PORTARIA N° 45, DE 25 DE MAJO DE 2011

O Promotor do Trabalho que esta subscrito, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos da Representação, nº 0001/69-201.03.003, consta a falta de representação formulada pela Delegacia do Trabalho Civil da Comarca de São Carlos, em Monte, constantes evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionaismente garantidos, o seu fim da necessidade do serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, que seja: "Acidente de Trabalho em Monte", resolve, nos termos do disposto nos arts. 129, inciso II, da Constituição de República, e art. 84, § 1º, da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º da Lei 7347/85:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0001/69-201.03.003 em face de JOÃO DE DEUS DA FERRAZ E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.680.727/0001-00, localizada na Av. Antônio Belforte Filho, 596, Bairro São Geraldo, Santo Antônio do Monte/MG, CEP 33560-000.

Determina-se, de ofício, oficiar a GRTE de Divinópolis, Delegacia de Polícia Civil de Santo Antônio do Monte, intimar o inquirido.

SÉRGIO OLIVEIRA DE ALENCAR

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que, da consulta dos autos do Processo Administrativo nº 000704-2010.20.0005 constam indicios de caráter ilícito para a denúncia socialmente constitucionalmente garantidos (salário, vale transporte), resolve, com fulcro nas arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, o inciso VII, § 2º do art. 8º da Lei Complementar 75/93, e 8º e 1º da Lei 7.347/85, determinar, I, INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da Pol. Profissional Serviço Ltda-ME (CNPJ nº 04.163.678/0001-46). Afirme-se a presente Portaria na localidade de costume. Publique-se.

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 129, DE 25 DE MAIO DE 2011

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do TCU, exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 1º quadrimestre de 2011, na forma do Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O Relatório a que se refere o caput será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

LRF nº 25, Índice 1, alínea "a" - Anexo I		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS ⁽¹⁾ (Até 31.12.2016)	
		Liquidado(s)	Acrescido em Renter e Pagor Pós-Proces- sado
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (0)		1.138.134.045,31	36.351.129,67
Pessoal Ativo		734.302.087,64	12.239.329,24
Pessoal Inativo e Pensionistas		403.831.957,67	5.021.800,43
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º de LRF)		0,00	0,00
(+) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 18, § 1º de LRF) (1)		219.026.611,55	8,86
Indenizações por Desculpa e Incentivos à Desculpa Voluntária		0,00	0,00
Despesas de Decisão Judicial		0,00	0,00
Despesas de Benefícios Acidentários		7.916.204,57	0,00
Indenizações e Pensionistas com Renter Vinculados (a)		211.186.406,98	0,00
Comarcas Especiais (art. 18, § 1º de LRF)		0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (10) = (1) - (1)		519.261.125,41	36.351.129,67
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP = (10) + (11)		849.587.449,43	
AFIRMAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
REGISTRO CORRENTE LÍQUIDA - RCL (12)		VALOR	
54 de DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre RCL (12) = 110/95 = 104		854.372.495,00	
LIMITE MENSAL (art. 11, I, da Lei nº 28, de 1990) = 94,56%		6.311,31	
LIMITE TRIMESTRAL (art. 11, II, da Lei nº 28, de 1990) = 94,56%		1.957.084.11,64	
LIMITE ANUAL (art. 11, III, da Lei nº 28, de 1990) = 94,56%		1.184.000,00	

Fonte: Sisti Gerencial, Sisti 2010 e 2011, Portaria STN nº 328 de 19 de Maio de 2011 (RC).

[illegible]

FERNANDO LUTZ SOUZA DA EIRA
Secretário-Geral de Administração

EUGÊNIO PACCELLI DE PAULA CORRÊA
Secretário de Controle Interno

JOSÉ ELIOMÁ OLIVEIRA ALBUQUERQUE
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

OFÍCIO Nº 31, DE 2011-CN

Ofício nº 2.146 SOF/GP

Brasília, 30 de maio de 2011.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 – LDO/2011, encaminho a Vossa Excelência cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 27 de maio de 2011.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



Ministro RICARDO LEWANDOWSKI

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Brasília - DF

Nº 101, sexta-feira, 27 de maio de 2011

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

227



Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	29.867.427	2.298.719
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	92.468.270	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	188.591.592	3.490.000
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	-	192.081.592
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	-	524.379.492,000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	-	0,03 6630 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,0 6 000 %	-	386.604,0 24
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,073726 %	-	367.275,396
0,070840 %	-	-

Fonte: SIAFI e Port. 82/2005 - STF

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

WASHINGTON LUIZ RIBEIRO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

EDNA ISABEL BRITO GONÇALVES PRANDINI
Secretária de Controle Interno

ALCIDES DINIZ DA SILVA
Diretor-Geral

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 45, DE 25 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2011, constante do anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mm. CEZAR PELUSO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$1,00	
DESPESA COM PESSOAL		DESPESA S EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.522.973,54	705.762,75	-
Pessoal Ativo	-	-	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	18.522.973,54	705.762,75	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.189,15	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	19.189,15	-	-
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.503.784,39	705.762,75	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (I II + III b)	-	19.209.547,14	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011052700227

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	524.379.492,000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,0 3 6630 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,0 6 000 %	31.462.769,32
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,073726 %	29.889.631,04
FONTE: SIAFI GERENCIAL E RESOLUÇÃO S/2005 - CNJ	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

KLÉBER DE OLIVEIRA VIEIRA
Diretor-Geral
Substituto

GLAUCIA ELAINE DE PAULA
Secretária de Controle Interno

JOSÉ GUILHERME VASÍ WERNER
Secretário-Geral Adjunto

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 268, DE 25 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 7740/2011, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2011, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Mm. RICARDO LEWANDOWSKI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ Milhares	
DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.63.607	12.471	-
Pessoal Ativo	-	-	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	128.679	11.139	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	2.816	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	125.863	11.139	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	34.928	1.332	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	169	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	34.759	1.332	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	38.150	9.733	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	2.817	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	418	8.667	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.916	1.066	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.25.457	3.739	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	-	128.196	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	-	524.379.492	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	-	0,02 4 447	-
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,06 %	-	310.564	-
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,04170 %	-	219.633	-
FONTE: SIAFI E CORCORS/STSE		-	-

Valores referentes à Portaria STN nº 328, de 19/05/2011.
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

PATRICIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS
Diretora-Geral

ANDERSON VIDAL CORRÊA
Secretário de Administração

MÁRCIA DE CARVALHO
Secretária de Controle Interno e Auditoria
Substituto

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contribuintes

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

OFÍCIO Nº 32, DE 2011-CN

Ofício n. 518/GP

Brasília, 31 de maio de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei n. 12.017, de 12 de agosto de 2009, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2011, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, do dia 30 de maio deste ano.

Respeitosamente,


Ministro Ari Pargendler
Presidente

RESOLUÇÃO N. 7 DE 26 DE MAIO DE 2011.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal, exigido pela Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno e tendo em vista o disposto no art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ainda o decidido pelo Conselho de Administração em sessão realizada nesta data,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma dos anexos, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2011, bem como autorizar sua publicação e disponibilização na internet consoante o previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Ministro ARI ARGENDLER

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	690.659	21.497	712.156
Pessoal Ativo	494.623	17.745	512.368
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	291	-	291
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	8.552	1.544	10.096
Demais despesas com Pessoal Ativo	485.780	16.201	501.981
Pessoal Inativo e Pensionistas	196.036	3.752	199.788
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	337	-	337
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	1.793	2.164	3.957
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	193.906	1.588	195.494
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	190.298	21.381	211.679
Despesas por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	10.661	3.708	14.369
Despesas de Exercícios Anteriores	238	17.650	17.888
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	179.399	23	179.422
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	500.361	116	500.477

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,095420%	0,000022%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	0,224226%		1.175.795
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	0,213015%		1.117.005

FONTE: SIAFI

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

- O valor de R\$ 8.552, constante da linha de Sentenças Judiciais com Precatório de Pessoal Ativo, inclui a parcela de R\$ 8.497 decorrente do pagamento de Contribuição para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais em virtude do pagamento de Precatórios relativos a exercícios anteriores.

Francisco Carlos Ribeiro de Almeida
Diretor Geral

Silvio Ferreira
Secretário de Administração e Finanças

Suely Amaral de Medeiros Santos
Secretária de Controle Interno

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

OFÍCIO

Nº 33, DE 2011-CN

ATO DO PRESIDENTE Nº 116, DE 2011

“Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao **Primeiro Quadrimestre de 2011.**”

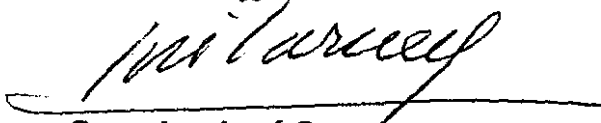
O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 54, Inciso II e Parágrafo Único, e, 55, Inciso I, Alínea “a” e no § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** do Senado Federal, referente ao primeiro quadrimestre do exercício financeiro corrente, compreendendo a consolidação dos dados de maio/2010 a abril/2011, na forma do Anexo, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de maio de 2011.



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (maio/2010 a abril/2011)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.731.846.057,90	8.270.700,40
Pessoal Ativo	1.681.574.156,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	985.648.610,74	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	64.623.290,36	8.270.700,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	260.082.444,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	11.937.184,46	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	90.564.681,12	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	157.580.579,32	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.471.763.613,00	8.270.700,40
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		2.480.034.313,40
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		524.379.492.000,00
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,47
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,86%		4.509.663.631,20
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,82%		4.299.911.834,40
FONTE: SIAFI, SSCONT/SF e Portaria STN nº 328, de 19 de maio de 2011.		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Foram computados no cálculo da despesa bruta com pessoal ativo os gastos com auxílio-creche registrados na conta 3.3.3.90.08.55, no valor de R\$ 3.474.058,32, segundo o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 249/2010.

Do total de "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização", que é composto pelos registros nas contas 3.3.1.90.34.01 e 3.3.3.90.34.01, foi deduzido o valor de R\$ 13.738.886,85, por refletir os gastos dos meses de janeiro a abril de 2010, reclassificados para a conta 3.3.1.90.34.01, em maio de 2010.

MARCOS ANTONIO KÖHLER
Diretor Financeiro

EDUARDO TORRES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
Diretor-Geral

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 54 páginas

OS: 2011/12746